
Nota Conceptual Conferência Africana sobre Dívida e Desenvolvimento II (AfCoDD II)

“Da Recuperação à Reforma: Sisi Ndio Tuko -Stop the Bleeding”

24^a 26^{de} Agosto de 2022

1. Introdução

O [Fórum Africano e a Rede sobre Dívida e Desenvolvimento \(AFRODAD-sigla em inglês\)](#) e os seus parceiros irão acolher a [segunda Conferência Africana sobre a Dívida e Desenvolvimento \(II AfCoDD\)](#) de 24 a 26 de Agosto de 2022. [a Lançado em Agosto de 2021](#), a AfCoDD é um dos três principais programas geridos pelo AFRODAD que procura reunir **todos os cidadãos africanos** para discutir, debater e decidir o futuro da África em direcção à autodeterminação económica, política e social. A II AfCoDD será realizada num formato híbrido em 20 países africanos entre 24 e 26 de Agosto de 2022.

Em toda a África, a [dívida já era muito alta antes dos primeiros lockdowns \(fechamentos\)](#) provocados pela pandemia global de Covid-19. No auge da pandemia, estima-se que o apoio económico sem precedentes em tempos de paz estabilizou os mercados financeiros e gradualmente aliviou a liquidez e as condições de crédito em todo o mundo. Em muitos países, a política fiscal foi capaz de proteger as pessoas (especialmente as mulheres) e as empresas locais durante a pandemia. Também apoiou a política monetária, acrescentando à procura agregada e evitando dinâmicas deflacionárias.

Durante a pandemia, os défices aumentaram e a dívida acumulou-se muito mais rapidamente do que nos primeiros anos de outras recessões¹. Estima-se que os défices orçamentais tenham duplicado em 2020 para um máximo histórico de 8,4 por cento do PIB, levando a um aumento dos encargos da dívida². Espera-se um processo de consolidação gradual em 2021 e além. Os efeitos adversos da COVID-19 reverterão os ganhos arduamente ganhos na redução da pobreza em África. Paradoxalmente, apesar de ser um credor líquido, os países africanos repatriam receitas muito necessárias para os países desenvolvidos sob a forma de serviço da dívida, transferência de lucros, exportação de matérias-primas e importação de bens acabados, associados a um comércio interno limitado que limita ainda mais a capacidade do continente de satisfazer serviços essenciais para os seus cidadãos, incluindo o investimento muito necessário em redes de segurança social. Estes desafios têm sido exacerbados pela guerra Rússia-Ucrânia que está a acumular pressão sobre a segurança alimentar - escassez e aumento dos preços, e a persistente mudança climática corre o risco de causar devastação no continente.

Mesmo com programas de alívio da dívida como a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI); o Quadro Comum do G20; os Direitos de Saque Especiais do FMI, muitos países africanos são obrigados a servir a dívida bilateral e do sector privado que paralisa a sua capacidade de responder eficazmente à pandemia e aos impactos da Guerra da Ucrânia. Assim, estas intervenções estão a revelar-se ineficazes e não abordam o tema central da questão: a dívida global fracturada e a arquitectura financeira. Daí, o tema deste ano "***Da Recuperação à Reforma": Sisi Ndio Tuko - Stop the Bleeding***" promoverá discussões e debates sobre como a África passa do planeamento da recuperação de múltiplas crises para o planeamento do envolvimento do continente numa

¹<https://blogs.imf.org/2022/04/11/dangerous-global-debt-burden-requires-decisive-cooperation/>

²A dívida pública representa agora cerca de 40% do total global, a maior em quase seis décadas.

arquitetura económica e política global reformada, tendo a **África como criadora de regras e não como tomadora de regras.**

Juntamente com os nossos parceiros, o AFRODAD dá as boas-vindas a todos participantes da II AfCoDD! A página da Conferência pode ser localizada aqui.

2. Contexto

[A II AfCoDD realiza-se numa altura em](#) que precisamos de fazer um balanço da arquitectura da dívida global e do papel da África e dos Africanos nesta estrutura. Desde o movimento de [anulação da dívida HIPC/MDRI](#) do início dos anos 2000, o financiamento do desenvolvimento dos governos africanos, tanto no acesso como na configuração, tem evoluído significativamente. Em parte, esta evolução deve-se a choques globais que forçaram os países desenvolvidos a repensar os seus compromissos financeiros para com as regiões em desenvolvimento. Além disso, muitos países africanos desenvolveram e cresceram significativamente na última década e meia, o que significa que a sua posição de beneficiários de concessões e subvenções diminuiu, forçando-os a considerar instrumentos não-concessórios e de financiamento de empréstimos de instituições financeiras internacionais; credores não tradicionais e fontes comerciais. Em grande medida, embora houvesse espaço fiscal criado a partir das iniciativas HIPC/MDRI, a mobilização de receitas não era proporcional às necessidades de desenvolvimento e crescimento económico e social. Algumas das razões para o baixo potencial de receitas foi a dependência de produtos primários de baixo valor; a baixa integração no fornecimento global e nas cadeias de valor; e deficiências estruturais que permitiram uma erosão da base de receitas sob a forma de fuga de capitais, fluxos financeiros ilícitos, e fugas fiscais a nível nacional.

O processo de desenvolvimento e transformação estrutural de África requer acções ambiciosas e financiamento para além dos limites actuais. Para atingir a aspiração delineada na Agenda 2063, não há dúvida, é necessário um espectro diversificado de opções para financiamento. O sucesso de todos os instrumentos de financiamento, por exemplo, impostos, investimento directo estrangeiro, APD ou dívida, é a sua capacidade de mobilizar receitas fiscais sustentáveis e equitativas e de gerar recursos internos.³

A II AfCoDD está ocorrendo em circunstâncias globais, continentais e nacionais muito difíceis.

Primeiro, a África [vivenciou a pandemia de Covid-19](#) de uma forma muito diferente do que muitos analistas tinham previsto. O número relativamente baixo de casos e mortes (sendo tudo igual) para o resto do mundo e outras regiões em desenvolvimento está a ser compensado por (i) forte contracção económica e menos hipóteses de uma recuperação em forma de , ou seja, recuperação imediata; (ii) deterioração em termos de comércio, valor monetário e produção económica; (iii) aumento da pressão [sobre a redução das receitas para as](#) provisões da segurança social à medida que a pandemia evolui e o pagamento da dívida se torna exigível; (iv) redução das receitas a nível do agregado familiar que geralmente têm funcionado como rede de segurança social.⁴

³Simultaneamente, o que é necessário é uma estratégia de promoção da diversificação económica para fazer subir as economias africanas nas cadeias de valor e abastecimento, a fim de reter as receitas no continente; e um esforço concertado para integrar um Mecanismo Africano de Responsabilização que retenha tanto os actores africanos como os globais pelas suas acções no continente que corroem a sua base de receitas através de fluxos financeiros ilícitos, corrupção, isenções fiscais e férias arbitrárias, e contracção insustentável da dívida.

⁴As remessas para a África Subsaariana registaram um pequeno declínio de 0,5% para 48 mil milhões de dólares em 2019. Devido à crise da COVID-19, espera-se que os fluxos de remessas para a região diminuam 23,1%, atingindo US \$ 37 bilhões em 2020, enquanto uma recuperação de 4% é esperada em 2021.

Em segundo lugar, o programa de recuperação e socorro dos continentes tem estado sujeito a severos desafios. Apesar dos pacotes de estímulo fiscal para proteger os cidadãos e as empresas nacionais, estes ficaram aquém devido à falta de programas bem financiados para fornecer e sustentar tais intervenções, forçando-os a continuar a contrair empréstimos, o que, por sua vez, aumentou o stock de dívida dos governos africanos. Os pacotes de estímulo fiscal dos governos africanos para conter a pandemia tiveram implicações diretas para os níveis da dívida pública. O rácio médio da dívida em relação ao PIB em África deverá aumentar de 10 a 15 pontos percentuais até 2021. Além disso, a dívida de África continua a passar de credores tradicionais para dívidas privadas e comerciais com vulnerabilidades significativas.

Terceiro, as insuficiências do programa de aquisição, distribuição e acesso à vacina têm sido claramente visíveis. Desde as instalações da COVAX até ao bloqueio da Renúncia TRIPS, África e os africanos foram colocados na parte de trás da linha de recuperação de uma forma sistémica e deliberada. Até à data, apenas 21% da população africana recebeu apenas uma dose, enquanto que apenas 16% da população foi duplamente vacinada. Os países africanos não só estão a ser empurrados para trás da fila de vacinas através dos monopólios das empresas farmacêuticas, como também estão a ser sobrecarregados por cada dose que adquirem. Este preço injustificadamente mais elevado para os países africanos, combinado com os elevados custos de administração das vacinas, força os governos africanos a fazer uma escolha impossível entre a vacinação e o serviço da dívida, uma vez que a crise da dívida se aproxima, comprometendo assim os esforços dos Estados para concretizar os direitos e obrigações fundamentais no que diz respeito ao direito à saúde.

Em quarto lugar, as actuais medidas de alívio da [dívida em vigor continuam a ser inadequadas para responder tanto às necessidades fiscais imediatas dos países em desenvolvimento, tanto de rendimento baixo como médio; como à reforma estrutural a longo prazo da arquitectura global da dívida.](#) A Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) do FMI/BM terminou a 31 de Dezembro de 2021, o que significa que essas dívidas serão agora devidas pelo serviço da dívida, colocando uma maior pressão fiscal sobre orçamentos já sobrecarregados. O **Quadro Comum do G20** permanece ineficaz na sua exclusão dos credores privados e das instituições financeiras de desenvolvimento das discussões. Juntamente com alguns credores que preferem acordos bilaterais, o Quadro Comum não produziu os resultados desejados. [Recentemente, o FMI](#) apelou [a um esforço mais concertado para que o FC arranque e funcione](#). A emissão de **direitos de saque especiais** de 650 mil milhões de dólares em 2021 favorece os países desenvolvidos em detrimento dos países em desenvolvimento. Isso se deve ao mecanismo de alocação que é determinado pelos direitos de voto. A [realocação/reciclagem utilizando os mecanismos e a fórmula actuais](#) significará que [os países em desenvolvimento receberão a ponta curta do bastão](#). As implicações são de grande alcance, uma vez que [os países em desenvolvimento terão ainda de pedir emprestado a sua saída](#) desta pandemia, numa altura em que são menos capazes de sustentar este empréstimo.

Em quinto lugar, a guerra na Ucrânia está a acrescentar riscos a níveis sem precedentes de empréstimos públicos enquanto a pandemia ainda está a sobrecarregar muitos orçamentos governamentais. A situação salienta a necessidade urgente de as autoridades empreenderem reformas, incluindo reformas de governação, para melhorar a transparência da dívida e reforçar as políticas e quadros de gestão da dívida para reduzir os riscos. A queda socioeconómica da guerra na Ucrânia em África e nos africanos é e continuará a ser sentida a curto e médio prazo. O aumento dos preços dos alimentos e dos combustíveis irá aumentar os orçamentos já sujeitos a restrições fiscais a nível nacional e doméstico.

Geo-politicamente, à medida que a Europa e a América do Norte se empenham em apoiar os esforços na Ucrânia, receia-se que não se chegue a uma abordagem global coordenada desta crise e que esta se repercuta nas regiões afectadas, uma vez mais.

Em sexto lugar, o impacto das alterações climáticas está a agravar a segurança alimentar no continente através de secas e inundações frequentes e severas, destruição de infra-estruturas e perda de vidas. O paradoxo é que a África está sobrecarregada com uma enorme carga de custos na mitigação e adaptação às alterações climáticas, ao mesmo tempo que tem contribuído minimamente para o problema, ao contrário das economias desenvolvidas. Os países desenvolvidos aceleraram a agenda da transição de energia limpa que ameaça agravar as injustiças relativas às alterações climáticas à medida que a responsabilidade e a responsabilização sobre as alterações climáticas são evitadas pelo Ocidente à custo da África.

Em sétimo lugar, o flagelo dos fluxos financeiros ilícitos está a agravar-se. O Relatório de Desenvolvimento Económico em África 2020 da UNCTAD indicou que a África estava agora a perder mais de 88,6 mil milhões de dólares anualmente através dos fluxos financeiros ilícitos, quase duplicando a estimativa de mais de 50 mil milhões de dólares de perdas anuais do Relatório do Painel de Alto Nível de 2015. Os recursos naturais de África continuam a ser o epicentro dos fluxos financeiros ilícitos, representando 40 mil milhões de dólares, quase metade do total das saídas do continente.

3. “Da Recuperação à Reforma: Sisi Ndio Tuko -Stop the Bleeding”

A Declaração Final da Conferência Africana Inaugural sobre Dívida e Desenvolvimento do AFRODAD 2021, conhecida como [Declaração de Harare](#), apelou a "reforma da arquitectura global da dívida de uma forma que iguale os processos de contracção de empréstimos - incluindo a reforma dos quadros de sustentabilidade da dívida e a avaliação das notações de crédito, e o estabelecimento de um Mecanismo Africano de Responsabilização que funcionará como base para uma maior transparência, responsabilização e governação da arquitectura da dívida africana".

De acordo com as [últimas estatísticas da dívida](#), os países africanos que têm ou estão em vias de atingir o ponto de conclusão HIPC para o cancelamento ou alívio da dívida são agora categorizados como "países de risco altamente endevidados".

A pandemia global e actualmente a guerra na Ucrânia continuam a fornecer provas vívidas da necessidade de reformar a arquitectura económica e financeira global. Em particular, sendo o financiamento da dívida a opção "ir" para o financiamento do desenvolvimento, é necessário fazer mais para garantir que a arquitectura governativa seja adequada ao fim a que se destina. Por exemplo, as Perspectivas Económicas Africanas de 2021 observam que *"a resolução da dívida em África tem sido frequentemente desordenada e prolongada, com consequências económicas dispendiosas. A actual arquitectura financeira internacional torna complexa a reestruturação ordenada da dívida soberana. Para evitar custos elevados de resolução da dívida e limitar a probabilidade de ressurgimento de crises da dívida, a comunidade internacional precisa de pressionar para uma melhor coordenação global. Os países africanos precisam de adoptar inovações jurídicas e financeiras que facilitem a reestruturação da dívida. O reforço do nexo entre governação e crescimento é necessário para sair da crise da COVID-19 e evitar uma crise de dívida iminente. Os países africanos devem erradicar todas as formas de "fugas" na gestão dos recursos públicos e prosseguir a digitalização e a concorrência leal para reacender o crescimento"*.

Da mesma forma, ao longo das profundezas da pandemia, os líderes africanos e os Ministros das Finanças têm argumentado constantemente que as medidas de alívio da dívida para ajudar a recuperação não são boas o suficiente e mais precisa ser feito para reformar a arquitetura global da dívida. O [Ministro das Finanças do Gana](#), Ofori-Attah, declarou que: "*O Ocidente deve pendurar a sua cabeça na vergonha, [...] Havia uma distância completa entre os recursos disponíveis e o que era aplicado [para além das economias avançadas] a um problema que era global. [...] Precisamos de avaliar seriamente se as regras estabelecidas [então] são as mais adequadas para o futuro.*"

Na Zâmbia, que tem o título invejável de ser o primeiro incumprimento soberano da era pandémica de África em 2020, não foi capaz de reestruturar a sua dívida em parte devido à ineficácia do Quadro Comum do G20 que não inclui credores privados/comerciais e instituições financeiras internacionais. Além disso, os desafios da Zâmbia agravam-se devido a alguns credores bilaterais que optam por negociar fora do Quadro Comum. É provável que as [reestruturações da dívida](#) se tornem mais frequentes e terão de enfrentar [desafios de coordenação mais complexos](#) do que no passado, devido ao aumento da diversidade na paisagem credora. A existência de mecanismos de reestruturação ordenada é do interesse tanto dos credores como dos devedores.

Por conseguinte, é oportuno que África e os africanos avancem na agenda de reformas da arquitectura da dívida, que tem de ir além das finanças. Dada a proliferação do mercado credor, qualquer reforma deve ser alargada para incluir a responsabilização, transparência, e governação. Os mecanismos que estão em vigor através do SDRM, DSSI, CRF, Clube de Paris da CNUCED devem integrar os credores emergentes bilaterais, multilaterais e comerciais e privados. A multiplicidade de crises necessita de uma arquitectura da dívida que funcione para os devedores e não para os credores. Os países devedores não devem ter de contemplar a dupla punição por quererem reestruturar a sua dívida ou procurar moratórias. Além disso, a redefinição do funcionamento da economia global deveria abordar o mau comportamento sistémico que induz a exploração do endividamento, a geração e movimento de fluxos financeiros ilícitos, e a responsabilização dos agentes privados pelo seu comportamento enganoso que mina a geração de receitas fiscais, criando assim terreno fértil para a dívida.

4. Pilares da Conferência

A AfCoDD terá três pilares:

- i. **Político** – Este pilar irá concentrar-se no envolvimento e papel de África na actual arquitectura financeira e da dívida como tomador de regras e tomador de dívidas, e olhar para a construção de um novo consenso político para uma nova arquitectura da dívida, onde é um criador de regras e negociador de dívidas. A experiência de África na resolução da dívida tem sido historicamente desordenada e prolongada.
- ii. **Pesquisa e Ideação** – Este pilar é sobre contribuir para o conhecimento pan-africano e perspectivas intelectuais da dívida, financiamento do desenvolvimento e transformação estrutural de África. Uma revista de artigos seleccionados para apresentação será lançada na AfCoDD.
- iii. **Mobilização Pública #SisiNdioTuko** – Este pilar é sobre a construção do movimento cívico nacional de forma sustentada além da actual crise da dívida. Os cidadãos dos países em desenvolvimento e os seus governos precisam de agarrar a oportunidade apresentada pela COVID-19 com vista a exigir um novo mecanismo de resolução da dívida que aborde a legalidade, legitimidade e sustentabilidade da dívida.

5. Objectivos

- i. **Apelo a reformas da arquitetura financeira global que rege a dívida pública:** Os princípios e mecanismos que protegem os países devedores de lucrar com os credores precisam ser revisitados com base na suspensão, renegociação, reestruturação e cancelamento. Isso inclui considerar a mudança do cenário dos credores e a proliferação de instrumentos de dívida à disposição dos governos africanos. Um novo mecanismo de reestruturação da dívida soberana que seria vinculativo para todos os credores, incluindo os credores comerciais, e que dificultaria aos credores o impedimento de recorrerem à dívida soberana.
- ii. **Buscar soluções significativas para a dívida:** O aperto financeiro em que os governos africanos se encontram foi agravado pelos efeitos prolongados da pandemia global de Covid-19. As pressões do reembolso da dívida em meio ao declínio das receitas estão forçando os governos africanos a negociar a proteção dos cidadãos dos caprichos da pandemia em favor do pagamento dos credores. Apoiar a proposta da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento de uma Autoridade Internacional da Dívida dos Países em Desenvolvimento que supervise paralisações temporárias abrangentes.
- iii. **Apelo à vedação de fugas financeiras:** A União Africana precisa de se concentrar no encerramento das fugas financeiras, incluindo a abordagem dos fluxos financeiros ilícitos e o apoio a iniciativas que estimulem a mobilização de recursos internos para combater a pandemia. A questão dos fluxos financeiros ilícitos, da dívida, dos paraísos fiscais e da cultura corporativa agressiva; e da privatização do desenvolvimento é uma preocupação crescente. Estima-se que a África possa ganhar 89 mil milhões de dólares por ano ao conter os fluxos financeiros ilícitos. O status quo que rege as finanças globais é enviesado, com fluxos financeiros ilícitos representando um duplo roubo: uma expropriação de fundos que também rouba bilhões de um futuro melhor.

6. Formato

A AfCoDD será realizada num formato híbrido, combinando sessões virtuais e físicas. As sessões virtuais abrangerão os pilares político e de ideação da conferência, enquanto o físico abrangerá o pilar de mobilização pública através dos eventos a nível nacional.

7. Linhas Cronológica

A Conferência será realizada ao longo de 3 dias em Agosto de 2021 e será efectuada como conferência física e virtual híbrida. Para mais informações, entre em contacto com o Jason R [Braganza](mailto:jason@afrodad.org) através dos endereços electrónicos jason@afrodad.org e o John Oduk ED.intern@afrodad.org

-FIM-